

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2013, a receita de prestação de serviços foi de R\$17,5 milhões, 19,7% menor do que o exercício de 2012. O resultado bruto da Panamericano Consórcio foi de R\$0,3 milhões em 2013, comparado a R\$9,2 milhões em 2012, o que representa uma queda de 97,0%.

A Panamericano Consórcio apresentou, em 2013, um lucro líquido de R\$0,3 milhões, comparável a um lucro líquido de R\$6,2 milhões em 2012. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 atingiu R\$19,0 milhões, com crescimento de 1,3% em relação ao exercício do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras do Panamericano Consórcio passaram a ser auditadas, a partir do primeiro

trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2013 a Panamericano Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.

A Administração

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Panamericano Consórcio") é uma empresa controlada pela PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros"), que detém 78,99% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing"), que detém 21,01% de seu capital total, sendo que ambas são controladas pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco").

A Panamericano Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012
Circulante		6.679	6.442
Disponibilidades		6	5
Outros créditos		6.673	6.437
Diversos	5	6.673	6.437
Realizável a Longo Prazo		39.697	38.652
Títulos e valores mobiliários		23.401	28.080
Carteira própria	4	23.401	28.080
Outros créditos		16.296	10.572
Créditos específicos	5	4.799	3.778
Diversos	5	11.497	6.794
Permanente		110	93
Imobilizado de uso		-	25
Outras imobilizações de uso		-	135
(-) Depreciações acumuladas		-	(110)
Intangível		110	68
Ativos intangíveis		565	496
(-) Amortizações acumuladas		(455)	(428)
Total do Ativo		46.486	45.187

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota explicativa	2013	2012
Circulante		14.196	16.519
Outras obrigações		14.196	16.519
Obrigações com grupos de consórcio	6.a	11.023	12.342
Sociais e estatutárias		12	347
Fiscais e previdenciárias	6.b	953	2.571
Diversas	6.c	2.178	1.259
Exigível a Longo Prazo		13.307	9.923
Outras obrigações		13.307	9.923
Obrigações com grupos de consórcio	6.a	4.799	3.778
Fiscais e previdenciárias	6.b	675	802
Diversas	6.c	7.833	5.343
Patrimônio Líquido		18.983	18.745
Capital realizado		12.388	12.388
De domiciliados no país	7	12.388	12.388
Reserva de capital		1	-
Reserva de lucros		6.594	336
Lucros acumulados		-	6.020
Total do Passivo		46.486	45.187

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	12.388	1	26	-	478	12.893
Lucro Líquido	-	-	-	-	6.199	6.199
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	310	-	(310)	-
Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	(347)	(347)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.388	1	336	-	6.020	18.745
Lucro Líquido	-	-	-	-	6.020	18.745
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	13	-	(13)	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-	6.245	(6.245)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	12.388	1	349	6.245	-	18.983
Saldos em 30 de Junho de 2013	12.388	1	387	-	6.995	19.771
Prejuízo	-	-	-	-	(776)	(776)
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	(38)	-	38	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-	6.245	(6.245)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	12.388	1	349	6.245	-	18.983

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012
Ativo Circulante		138.732	140.621
Disponibilidades		1	14
Depósitos bancários		1	14
Aplicações financeiras	18	76.449	82.993
Outros créditos		62.282	57.614
Bens retornados ou devolvidos		56	159
Direitos junto a consorciados contemplados		62.226	57.455
Normais		60.910	55.706
Em atraso		1.179	1.436
Em cobrança judicial		137	313
Compensação		535.536	639.905
Provisão mensal de recursos a receber de consorciados		293.026	344.166
Contribuições devidas ao grupo		240.333	293.348
Valor dos bens a contemplar		674.268	780.526
Total do Ativo e Compensação		674.268	780.526

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota explicativa	2013	2012
Passivo Circulante		138.732	140.621
Obrigações com consorciados		19.051	17.352
Valores a repassar		9.669	9.864
Obrigações por contemplações a entregar		52.987	50.769
Recursos a devolver a consorciados		47.482	49.088
Recursos dos grupos		9.543	13.548
Compensação		535.536	639.905
Recursos mensais a receber de consorciados		2.177	2.391
Obrigações do grupo por contribuições		293.026	344.166
Bens a contemplar		240.333	293.348
Total do Passivo e Compensação		674.268	780.526

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo PAN. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 259.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco PAN. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à aprovação do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aproveitando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011. Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco PAN, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil "BACEN", com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional "CMN" e da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", quando aplicável. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: 1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; 2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; 3. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; 4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; 5. CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; 6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; 7. CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e 8. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador e Diretoria em 17/02/2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.
As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.
As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.
c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:
• Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
• Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.
d) Provisão para perdas
A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuados aos grupos de computadores.
e) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.
f) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ações pagas por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.
g) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Os créditos tributários são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

h) Obrigações
As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".
i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:
• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
• Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passivos de provisão ou divulgação; e
• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do exercício quando o valor

contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:
i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.
Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota
O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

l) Uso de estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.
m) Eventos subsequentes
Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:
i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existam na data-base das demonstrações financeiras; e
ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
Não houve eventos subsequentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2013.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel/lastro da operação	31/12/2013		31/12/2012		
	De 1 a 3 anos	Valor Contábil	Valor Mercado (b)	Valor Contábil	Valor Mercado (b)
Títulos disponíveis para venda					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	23.401	23.401	23.401	28.080	28.080
Total	23.401	23.401	23.401	28.080	28.080

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.
(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos específicos		
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	4.487	3.497
Bens retornados após encerramento	312	281
Total (*)	4.799	3.778
(*) Nota 6.a		
Diversos		
Taxa de administração a receber	42	96
Cotas de grupos de consórcio (a)	141	204
Empréstimos a grupos de consórcio (b)	485	751
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio	(485)	(614)
Impostos a compensar	3.988	4.223
Créditos tributários (nota 14)	3.144	2.383
Depósitos e bloqueios judiciais	10.572	5.880
Outros créditos	283	308
Total	18.170	13.231

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.
(b) Referem-se à empréstimos efetuados aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 a 06/2012. Esses valores serão devolvidos à Administradora à medida que forem recebidos os valores pendentes de cobrança.

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2013	31/12/2012
a) Obrigações com grupos de consórcio		
Recursos não procurados - grupos (nota 3.h)	11.023	12.342
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (nota 5)	4.799	3.778
Total	15.822	16.120
b) Fiscais e previdenciárias		
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/2009	738	865
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7	14
Impostos e contribuições sobre salários	31	281
ISS - Impostos sobre serviços a recolher	17	29
Cofins a recolher	64	112
PIS a recolher	14	24
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	787	2.329
Total	1.658	3.373
c) Diversas		
Provisão para pagamentos a efetuar (nota 16.b)	2.152	1.113
Provisão para passivos contingentes (1)	7.833	5.343
Valores a pagar	23	-
Credores diversos	3	146
Total	10.011	6.602

(1) Provisões classificadas como perdas prováveis
A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para contingências cíveis	1.018	1.117	(344)	1.791
Provisão para contingências trabalhistas	1.156	297	(212)	1.241
Provisão para contingências tributárias	68	-	-	68
Provisão para juros sobre capital próprio - JCP	118	-	(118)	-
Outras provisões	23	44	(23)	44

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

	<u>2.383</u>	<u>1.458</u>	<u>(697)</u>	<u>3.144</u>
--	--------------	--------------	--------------	--------------

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias 31/12/2013	31/12/2012
2013	-	1.403
2014	2.484	273
2015	398	379
2016	208	261
2017	2	-
2018	3	3
2019	24	64
2020	25	-
Total	<u>3.144</u>	<u>2.383</u>

Em 31/12/2013, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 2.475 (R\$ 1.917 em 31/12/2012).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Banco PAN				
Depósitos bancários	6	5	-	-
Títulos e valores mobiliários - CDBs	23.401	28.080	2.091	505
Valores a pagar de sociedades ligadas	(18)	-	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.				
Juros sobre capital próprio	-	(73)	-	(73)
Dividendos propostos	(2)	-	-	-
PAN Seguros S.A.				
Juros sobre capital próprio	-	(274)	-	(274)
Dividendos propostos	(9)	-	-	-
Valores a pagar de sociedades ligadas	(4)	-	(2)	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(4)	-	(21)	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(47)	-	(124)	-

DIRETORIA

Iuri Rapoport
Paulo Alexandre da Graça Cunha

Willy Otto Jordan Neto
Leandro de Azambuja Micotti

José Luiz Acar Pedro
Eduardo Nogueira Domeque

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

h) Contribuições devidas ao grupo

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 33,3% (34% em 2012).

k) Recursos utilizados

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento

	Quantidade	
	31/12/2013	31/12/2012
Grupos administrados	18	21
Consortiados ativos (1)	4.077	5.625
Grupos constituídos no exercício	-	1
Grupos encerrados no exercício	3	5
Consortiados contemplados	2.479	3.568
Consortiados desistentes e excluídos - total	31.935	40.210
Consortiados desistentes e excluídos no exercício	1.924	1.626
Consortiados inadimplentes (2)	319	538
Bens entregues no exercício	328	552
Bens pendentes de entrega - total	614	699
Bens pendentes de entrega no exercício	239	257
Taxa média de inadimplência dos consorciados (2/1)	7,8%	9,6%

18. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2013			31/12/2012
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	19.252	57.197	76.449	82.993
Total	<u>19.252</u>	<u>57.197</u>	<u>76.449</u>	<u>82.993</u>

CONTADOR

Ricardo Comunian de Souza
Contador - CRC 1SP253399/O-0

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014